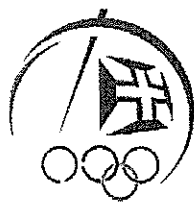


**PLANO DE
ACTIVIDADES
E
ORÇAMENTO**

2011



**COMITÉ OLÍMPICO
DE PORTUGAL**



O Comité português é dos poucos, em termos mundiais, mesmo face a tantos países subdesenvolvidos (e inclusive o único na Europa), cujo apoio estatal para o seu funcionamento não é suficiente para garantir uma gestão consentânea com a sua importância social, necessitando de angariar meios financeiros através do marketing e de captar subsídios através da Solidariedade Olímpica, estes últimos, como é consabido, vocacionados para auxílio ao Terceiro Mundo.

É nos dias de hoje impossível fugir à cada vez maior comparabilidade entre as mais diversas realidades.

Ora, não é sinónimo de debilidade recorrer ao que outros souberam fazer bem, caso de todos os países europeus, sobretudo os do alargamento, é antes uma demonstração de inteligência e pragmatismo.

O financiamento revela-se insuficiente para eventos específicos de promoção e desenvolvimento do Olimpismo, de apoio às campanhas de criação de hábitos e aumento da prática desportiva e de actividade física da população, comparativamente com a subsidiação do desporto-espectáculo ou de entidades empresariais com fins lucrativos operantes no mercado desportivo.

Esta situação é insustentável! O COP não deve ser penalizado pela Administração Central pelo facto de, ano após ano, às vezes com dificuldades verdadeiramente insólitas, ir obtendo as verbas indispensáveis para sobreviver, o que coloca Portugal na cauda da Europa e numa posição singular e inquietante para o Associativismo Desportivo, dada a debilidade competitiva relativamente aos concorrentes, mesmo em termos de paridade demográfica e índice de desenvolvimento humano.

Nos termos acabados de precisar, e após diversas alterações na ambição espelhada no Plano de Actividades para 2011, foi decidido elaborar um Orçamento diferente do habitual, de base zero, tornando-o realista e adaptado aos constrangimentos enfrentados nos últimos anos.

Nesta conformidade, são listadas as despesas obrigatórias para manter um nível de actuação básico, permitindo, ainda que de forma residual e casuística, em função das parcerias que surgirem, promover o



sedes” e outros, facilmente se constata a matemática retracção no financiamento público, situação singular no sector.

Nestas circunstâncias é difícil escamotear o sentimento de que o COP tem estado a ser penalizado pelo facto de, contrariamente a muitas instituições desportivas, obter algum financiamento fora da estrutura estatal, o que vem sendo cada vez mais difícil de concretizar.

A ser negada a indispensável base financeira, é óbvio que não existirão meios para, autonomamente, assumir perante o Estado a função de representante do Movimento Associativo, ficando necessariamente em aberto o recurso à cobrança da quotização dos membros da Assembleia Plenária, prevista nos Estatutos mas até à data nunca efectivada para não prejudicar as federações, que já são obrigadas a suportar outras prestações.

Periodicamente, comentadores e agentes desportivos, a vários níveis, preconizam publicamente a necessidade de preservar a autonomia do Associativismo Desportivo em geral, e do Comité Olímpico em particular. Mas, alcandorando-se a funções e cargos de serviço público, actuam exactamente em sentido oposto, coarctando iniciativas e projectos e inviabilizando o acesso a recursos financeiros alternativos ao Estado.

Não se questionam as competências fiscalizadoras e reguladoras da Administração Central do Estado, mas tal não deveria impedir o encontrar de parcerias com entidades credíveis para finalidades de interesse público, caso do Projecto Londres 2012.

No que ao Comité diz respeito, as “Actividades Regulares” em 2009 foram financiadas em 47,37% pelo IDP, situação que não terá paralelo em termos da política de financiamento ao desporto federado.

Resulta que a supra referida situação mantém o COP numa posição altamente desconfortável, dado que se tratam de actividades mínimas, justificativas da existência desta centenária instituição.

Tendo o sistema desportivo registado alterações muito significativas, para melhor, em termos de apoio directo a atletas e treinadores, fiscalidade, infra-estruturação, com realce para a saudada inauguração dos Centros de



Esta trajectória será mantida até que a organização ganhe músculo financeiro para se abalançar às realizações que têm sido regularmente inscritas e orçamentadas nos últimos Planos de Actividades.

Serão privilegiadas as despesas de investimento reprodutivas, gastando-se o mínimo com o máximo proveito, mantendo o controlo interno e a auditoria financeira externa, que tem por objectivo verificar a verdade e integridade das contas e a legalidade e regularidade das operações subjacentes aos registos contabilísticos.

Será feito um esforço acrescido para manter a cultura organizacional e a dotação de meios humanos, preparados e treinados, estando prevista a harmonização de estatutos remuneratórios divergentes.

Será estimulado o aperfeiçoamento tecnológico e a produtividade, operando-se a análise, descrição, avaliação e qualificação de funções face às competências matriciais.

Sem embargo dos condicionalismos diagnosticados, continuará o trabalho de definição do quadro de pessoal e do plano de formação, assim como a adaptação às necessidades da organização departamental dos serviços e sectores operativos.

Subsiste o processo de reposição de 426.839 euros, considerado montante indevidamente pago, resultante da afectação de receita da emissão da Moeda Comemorativa dos Jogos Olímpicos de Atenas 2004, imposto pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, a que se refere o plano numismático contido no Decreto-Lei n.º 130/2004, de 3 de Junho.

Este assunto, que provocou graves danos na acção, estabilidade e imagem desta instituição, projecta-se na gerência de 2011 e anos seguintes, mas foi feito um acordo com o Tesouro para pagamento faseado até 2014, tendo como contrapartida a Amoedação de Londres 2012.

A alteração dos Estatutos e a elaboração e aprovação dos Regulamentos aí previstos, a produzirem efeitos no próximo mandato, serão processos que continuarão a ser aperfeiçoados com base numa reflexão em sede própria.



Mantém-se o apoio às entidades desportivas prestado através da cedência das instalações da Sede, onde decorrem assiduamente eventos e actos públicos, sem custos para os utentes.



Independentemente do que antecede, serão cumpridos os protocolos de cooperação firmados com o Ministério da Educação – Direcção-Geral da Inovação e Desenvolvimento Curricular, no domínio do Desporto Escolar, com a Federação Académica do Desporto Universitário, com vista a estabelecer as bases da cooperação na preparação da Equipa de Portugal participante na Universíada de Shenzhen 2011.

Finalmente, serão prosseguidos os estudos e negociações iniciadas em 2010 para a criação de um Curso de Pós-Graduação nas áreas da Gestão e Olimpismo.



Depois do trabalho desenvolvido em 2009, com a colaboração do Estado, das federações e da generalidade dos agentes envolvidos neste processo, foi operacionalizado aquele que é o modelo de evolução e valorização do desporto Olímpico português no plano internacional.

Quando se pensa na presente realidade portuguesa, a primeira exigência é que saibamos criar capacidade para responder aos desafios, discutir e progredir para um patamar mais exigente, compatível com as sociedades democráticas avançadas, aumentando, racionalizando e aplicando equitativamente os preciosos recursos disponíveis.

As dificuldades são constantes, pois o segmento Olímpico é muito heterogéneo e fragmentado, onde coexistem modalidades com grandes diferenças de expressão quantitativa, sendo portanto preciso construir alianças, ter visão e recusar preconceitos, respeitar responsabilidades partilhadas, concentrar os benefícios no essencial, para mais nestes tempos de incerteza económica e de natural inquietação dos agentes desportivos como são os actuais.

Prosseguirá o trabalho da Comissão Delegada e do Departamento Técnico, tarefas cujo sucesso será preponderante para que, no final do Ciclo Olímpico, se possa afirmar que tudo foi feito no limite das possibilidades em prol da presença digna no maior acontecimento desportivo da actualidade.

Prosseguirá a monitorização do Programa, com a preocupação nuclear a incidir na sustentabilidade em termos orçamentais dos três Projectos, com especial preocupação neste momento para o Projecto Esperanças Olímpicas, cuja efectivação tem enfrentado inesperados contratemplos em termos de compromissos anuais e plurianuais, sendo de realçar que em 2011 não se registarão quaisquer sobrecustos face às estimativas avançadas na fase de negociação e contratualização com o Governo.

Mantém-se uma atenção especial à matriz do Projecto Apoio Complementar, à actualização das grelhas de integração sempre que tal se justificar, nomeadamente em função das alterações ditadas pelas federações internacionais e pelos critérios de apuramento para os Jogos Olímpicos.



ao desenrolar dos Jogos Olímpicos, nomeadamente através de visitas exploratórias aos locais onde a representação nacional desenvolverá a sua acção, em articulação com os líderes e técnicos das diversas modalidades.

Sendo fundamental assegurar condições técnicas e humanas para que todos possam competir no máximo das suas potencialidades, e assim estarem aptos ao melhor desempenho, será constituída no seio do COP uma equipa multidisciplinar, composta por profissionais com provas dadas em áreas específicas, com metas, tarefas e gestão por objectivos bem delimitada.

Serão realizadas reuniões periódicas com a equipa, para supervisionar, implementar e potenciar a angariação de patrocinadores e parceiros e desenvolver acções de comunicação e marketing para o exterior, sendo que, no primeiro semestre, pontuará a elaboração dos regulamentos da Missão, a operacionalização da estrutura administrativa, técnica e logística.

Segue-se o processo de acreditação (atletas, oficiais e comunicação social), assessoria de imprensa, transportes, seguros, protocolo, segurança, equipamentos, trajes e apoio médico, em articulação com as Comissões Médica e Jurídica, com os fornecedores oficiais e com as Comissões de Treinadores e de Atletas Olímpicos quando tal se justificar em razão dos interesses em presença.

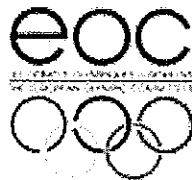
Destaque também para a elaboração do orçamento previsional da Missão, com correspondente definição da estrutura de custos e fontes de financiamento, selecção e recrutamento dos adidos da Missão, estabelecimento de canais de comunicação com o Comité Organizador dos Jogos e com os órgãos competentes do Comité Olímpico Internacional.

Simultaneamente, serão desenvolvidos esforços para criar um forte espírito de equipa entre os atletas e modalidades, de forma a promover uma vital energia positiva na comitiva, susceptível de potenciar o desejável espírito e atmosfera de confiança e vitória, porquanto a estratégia assenta no contacto permanente com as federações, atletas e treinadores integrados no Programa de Preparação Olímpica.

Trata-se de diagnosticar necessidades, em treino e competição, promovendo o conhecimento e relacionamento entre os vários elementos



Essa presença inscreve-se no desígnio de construir uma estratégia de actuação consentânea com a importância relativa de Portugal, e será afirmada, em primeira linha, por via da participação nas reuniões e decisões dos Comités Olímpicos Europeus e do Comité Olímpico Internacional.



Os recém escolhidos representantes nas instâncias Olímpicas asseguram a afirmação e visibilidade do desporto português nos palcos internacionais, principalmente na Comissão de Preparação dos Jogos Olímpicos, através do Secretário-Geral, Manuel José Marques da Silva, e na Comissão de Marketing, onde ganhou assento o Tesoureiro, João Areias Matos, elementos que se juntam a João Paulo de Almeida, membro português na exclusiva Comissão Médica do COI.



Após o Programa do XVIII Governo Constitucional ter consagrado apoio aos Jogos da Lusofonia, cuja próxima edição tem lugar em 2013, organizados pelo Estado de Goa - Índia, este projecto multilateral de cooperação internacional no domínio do desporto (cujos alicerces foram lançados por Portugal) continua a constituir um eixo central da actividade externa.



Este propósito de interesse público, que é sustentado pela generalidade da estrutura desportiva federada, como resultou da histórica Assembleia Plenária de 26 de Outubro de 2007, prossegue estando já afecto um imóvel para sediar o TAD, cedido pela Junta de Freguesia da Ajuda, que se compromete a iniciar o processo de adaptação, a que se seguirá a correspondente alocação de equipamentos e outros recursos.

Apesar dos obstáculos criados à Comissão Instaladora, as diligências junto do Ministério da Justiça, em cuja sede o processo legal se encontra finalizado, serão aceleradas, estando prevista a recomposição do seu elenco.

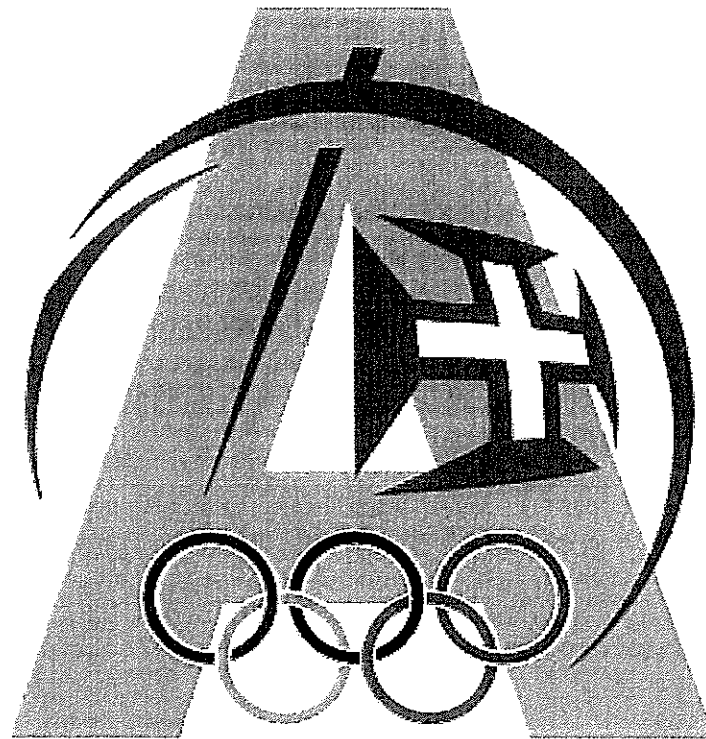
Conforme inscrito no Programa para o Mandato, as diligências com vista à criação da Fundação Olímpica, visando aumentar as possibilidades de captação de financiamento privado ao sector Olímpico, continuarão a merecer atenção.

É inadiável ultrapassar a inactividade da Fundação do Desporto, organização sob dependência estatal onde continuam retidas quantias consideráveis no capital social, aguardando-se resposta da respectiva administração sobre o reembolso oficialmente accionado.

Continuará o trabalho de recenseamento do acervo museológico Olímpico existente em Portugal, projecto paralelo à obra de edificação, que aguarda a consignação de verbas susceptíveis de encarar com segurança o investimento necessário à criação do Museu Olímpico.



Avançará o estabelecimento de parcerias para a concretização do projecto de construção do edifício que acolherá este Museu, que se pretende venha a constituir uma referência, tendo em conta o êxito do conceito do Museu Olímpico em Lausana.



**ACADEMIA OLÍMPICA
DE PORTUGAL**

Plano de Actividades – 2011

Por fim, mas não menos importante, é de reforçar que o ano de 2011 se apresenta como um ano especial no que toca a comemorações, concretamente pela celebração dos 25 anos da Academia Olímpica de Portugal, pelo que as comemorações irão preencher também um importante espaço no seio da actividade a desenvolver, conferindo-lhe projecção e dinamismo. Assim, todas as actividades a desenvolver ao longo do ano serão integradas no programa de comemorações, com início logo após a celebração do 24.º aniversário

Actividades

Actividade nacional

1) AOP empenhar-se-á em 2011 no reforço da ligação às autarquias locais, através de actividades que preferencialmente envolvam as escolas dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos e reforço das ligações já existentes. Nesse plano os contactos a desenvolver visarão o surgimento de novos projectos de divulgação olímpica e a criação de condições para que os projectos já desenvolvidos por várias câmaras municipais em anos anteriores possam ter continuidade, enquanto centros de permanente divulgação e educação olímpicas, replicando assim boas práticas.

2) A publicação de folhas informativas distribuídas através de correio electrónico continuará em 2011 a merecer especial destaque e a ser o meio privilegiado para contacto entre o Conselho Directivo e os membros da AOP, transmitindo informação sobre a actividade da academia e sobre temas olímpicos de superior interesse.

3) No quadro da consolidação do site da AOP, o conselho directivo centrará na *internet* as funcionalidades de informação institucional, corrente e histórica. É ainda objectivo melhorar consideravelmente o seu dinamismo (na quantidade, qualidade e actualidade das informações disponibilizadas) da página própria da Academia, perspectivando vir a ser uma referência no contexto dos sites relacionados com o desporto e particularmente o Olimpismo.

4) A Sessão para Membros é um Projecto ainda com pouco tempo mas já com prestígio e dinâmica assinaláveis junto dos participantes nas edições anteriores, reservando-se-lhe por isso um lugar de destaque no plano anual de actividades da AOP. A 5.ª sessão, que poderá vir a ser conjugada com a Sessão Anual, será mais uma vez a oportunidade para que mais membros participem na iniciativa, atraídos pela oportunidade de trocar experiências e de conhecer actividades de outros membros, para além do imprescindível contacto social, que será reforçado e servirá de estímulo a potenciais futuros membros.

Numa lógica de complementaridade, a Sessão Anual, terá em 2011 a sua 24.ª edição, dando continuidade a um projecto que é “imagem de marca” da AOP, mesmo sendo limitada a sua relevância enquanto forma de recrutamento de potenciais membros. No entanto, é intenção do Conselho Directivo rever o seu modelo organizativo, conferindo-lhe uma outra visibilidade pública no contexto da formação geral, relacionada com o Desporto.

Actividade internacional

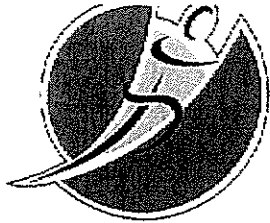
14) A AOP lançará no início do segundo semestre de 2011 novo concurso de trabalhos escritos para selecção de participantes à 52.ª Sessão para Jovens da Academia Olímpica Internacional, a levar a efeito no Verão de 2012. Como habitualmente acontece, a AOP far-se-á representar nas restantes sessões da Academia Olímpica Internacional, nomeadamente nas 12.ª Sessão para Directores de Academias Olímpicas Nacionais, e outras que aí tenham lugar. Havendo interessados, a AOP apoiará a apresentação de candidaturas de licenciados portugueses à edição de 2011 do Seminário Internacional de Pós-graduação em Estudos Olímpicos, que a AOI leva a efeito em Olímpia.

15) Em 2011 a AOP manterá também com a Associação Pan-ibérica de Academias Olímpicas os contactos regulares, bem como o reforço do contacto com as Academias Lusófonas, na senda da criação da Academia Olímpica Lusófona junto da ACOLOP – Associação dos Comitês Olímpicos dos Países de Língua Oficial Portuguesa, assumindo a qualidade de mentora do projecto e membro fundador.

Financiamento

A AOP prosseguirá em 2011 os contactos com vista a encontrar formas de financiamento complementar à verba estatutariamente inscrita no orçamento do COP, nomeadamente através da celebração de parcerias com estruturas institucionais e empresariais que estejam disponíveis para tal efeito. Tais parcerias deverão resultar em receitas a utilizar nas acções a desenvolver pela AOP ou na obtenção de bens e serviços que minimizem as despesas relacionadas com cada iniciativa, na convicção de que tais formas de colaboração poderão ser benéficas para a AOP e para as entidades que com ela aceitem colaborar.

Entre as fontes de receitas próprias estarão também a venda de publicações da AOP e as inscrições nas iniciativas que venham a ser realizadas, designadamente as duas sessões atrás referidas e/ou outras acções.



Comissão de Atletas Olímpicos

TRAVESSA DA MEMÓRIA, 26 38 • 1000-003 LISBOA • TEL. 213 617 250 • FAX: 2 3 635 967 • T.M.: 964 939 949
E-mail: cao@cao.atletasolimpicos.pt

Plano de Actividades de 2011

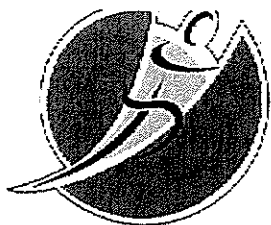
1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Comissão de Atletas Olímpicos está integrada no Comité Olímpico de Portugal, sendo constituída por 10 elementos de 6 modalidades Olímpicas e é presidida por Nuno Barreto. Tem como atribuições estatutárias a análise das circunstâncias que envolvem e condicionam o treino e a competição dos atletas Olímpicos ou no percurso Olímpico, a apresentação de propostas de melhoria às federações e ao COP.

São também atribuições a participação na formulação das regras de funcionamento dos Centros de Preparação Olímpica e do Regulamento de Participação nos Jogos Olímpicos, tendo um representante no Conselho Nacional do Desporto.

A representatividade na Comissão Executiva é assegurada pelo Presidente da CAO e nas Assembleias Plenárias a representação da CAO é garantida por dois elementos, incluindo o direito a voto nas questões relativas aos Jogos Olímpicos por dois representantes dos Atletas Olímpicos.

A confiança conquistada junto das instituições com que habitualmente lidamos (Federações, Instituto do Desporto de Portugal e Secretaria de Estado da Juventude e Desporto) e a nossa representatividade no Conselho Nacional do Desporto tem melhorado progressivamente, sendo actualmente possível ter um debate aberto e construtivo com qualquer interveniente no desporto nacional.



Comissão de Atletas Olímpicos

TRAVESSA DA MEMÓRIA, 26-38 • 1300-003 LISBOA • TEL. 213 617 240 • FAX: 2 3 636 967 • T.M. 964 939 949
E-mail: cao@comissaoatletasolimpicos.pt

participação de todos estes. Um sucesso que pretendemos melhorar com um ainda maior envolvimento da comunidade escolar bem com o aumento da participação das federações e dos atletas olímpicos.

A aproximação aos Jogos Olímpicos de Londres 2012 obriga a todos os intervenientes no olimpismo nacional a uma atenção redobrada e respostas rápidas e eficazes que com a contratação dum assessor para a CAO se tem revelado fundamental para o aumento de produtividade e eficácia das actividades em que a CAO está envolvida, permitindo-nos ambicionar a uma melhoria do acompanhamento dos atletas do Projecto Olímpico, à criação de mais e melhores parcerias, a um crescimento sustentado da Semana Olímpica e a um seguimento mais atento do fenómeno desportivo à volta dos atletas olímpicos.

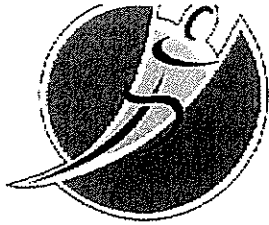
3. ACTIVIDADES PREVISTAS E RECURSOS

1. Reuniões da Comissão de Atletas Olímpicos

Consoante as necessidades os membros da CAO juntar-se-ão em reuniões de trabalho. A semelhança dos anos anteriores prevê-se que a sua regularidade seja mensal.

2. Reuniões com atletas

Visitas programadas a locais de treino, centros de preparação olímpica, Centros de Alto Rendimento e locais de estágio onde estejam reunidos atletas da preparação olímpica com o objectivo de auscultar as suas opiniões, necessidades e carências. A CAO em 2011 prevê realizar uma visita a todos os CAR's da rede Nacional para uma maior aproximação aos atletas bem como para melhor conhecimento das condições de treino dos mesmos.



Comissão de Atletas Olímpicos

TRAVESSA DA MEMÓRIA, 26-38 • 1300-403 LISBOA • TEL. 218 617 260 • FAX: 213 636 967 • T.FX: 964 939 949
E-mail: cao@comissaoatletasolimpicos.pt

- Outros eventos para os quais seja convidada.

6. **Semana Olímpica**

A CAO uma vez mais organizará uma semana de comemoração do Olimpismo, promovendo os ideais Olímpicos, a história do COP e os actuais atletas. Este evento será constituído por:

- Exposição;
- “1 dia com as “Estrelas”;
- Encontro Nacional dos Atletas Olímpicos;
- Torneio Olímpico;
- Debates.

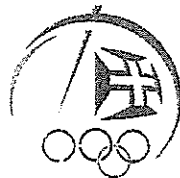
7. **Olímpicos na Escola**

Programa de envolvimento comunitário no movimento olímpico associando os atletas olímpicos ao Desporto Escolar e à comunidade escolar. Promovendo a imagem dos atletas, respectivas modalidades bem como dos ideais e valores olímpicos, junto das camadas mais jovens sensibilizando as escolas para a realidade da vida dos atletas olímpicos;

8. **Debates e conferências**

Debates, conferências, jornadas ou eventos a especificar consoante o orçamento disponível;

9. **Reunião com outras comissões de atletas**

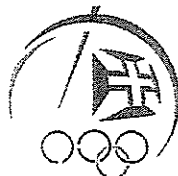


COMITÉ OLÍMPICO
DE PORTUGAL

ORÇAMENTO PARA 2011 GASTOS

Em euros

I	ALTA COMPETIÇÃO			4.455.000
I.1	Projectos Olímpicos			
I.1.1	Londres 2012	3.062.890		
I.1.2	Esperanças Olímpicas 2016	765.830		
I.1.3	Apoio Complementar	294.550		
I.1.4	Gestão do Programa de Preparação Olímpica	176.730	4.300.000	
I.2	Participações Desportivas Internacionais			
I.2.1	XI Festival Olímpico da Juventude Europeia - Trabzon - TURQUIA	140.000		
I.2.2	Missão aos Jogos Olímpicos - Londres 2012 - Preparação	15.000	155.000	
II	DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO			600.000
II.1	Centros de Preparação Olímpica			
II.1.1	Rio Maior	22.000	22.000	
II.2	Administração			
II.2.1	Tribunal Arbitral Desporto	500		
II.2.2	Comissões Consultivas			
II.2.2.1	Médica	500		
II.2.2.2	Jurídica	500		
II.2.2.3	Treinadores	1.000	2.000	
II.2.3	Comissão Atletas Olímpicos		8.000	
II.2.4	Academia Olímpica Portugal		40.000	
II.2.5	Pessoal			
II.2.5.1	Remunerações	200.000		
II.2.5.2	Trabalho Extraordinário	2.500		
II.2.5.3	Encargos	40.000		
II.2.5.4	Formação Profissional	2.000	244.500	
II.2.6	Consumos das Instalações		60.000	
II.2.7	Consumos de Expediente		143.000	
II.2.8	Devolução Amoedação		20.000	
II.2.9	2.os Jogos Lusofonia - Lisboa 2009 (Gastos Diferidos)	60.000	578.000	
III	OUTRAS ACTIVIDADES DESPORTIVAS E SOCIAIS			270.000
III.1	Actividades Desportivas Nacionais			
III.1.1	Dia Olímpico	5.000	5.000	
III.2	Cooperação Bilateral e Multilateral			
III.2.1	Associação Comitês Olímpicos de Língua Oficial Portuguesa	5.000	5.000	
III.3	Relações Internacionais			
III.3.1	Mestrado Executivo em Gestão das Organização Desportivas	5.000	5.000	
III.4	Informação e Divulgação			
III.4.1	Revista Olimpo	25.000		
III.4.2	Magazine Olímpico - RTP 2	20.000	45.000	
III.5	Marketing			
III.5.1	Prestação de Serviços	70.000		
III.5.2	Eventos Promocionais	30.000	100.000	
III.6	Órgãos Sociais			
III.6.1	Deslocações e Estadas	30.000		
III.6.2	Compensações remuneratórias	60.000		
III.6.3	Encargos	10.000	100.000	
III.7	Eventos Sociais			
III.7.1	Comemorações do 102º Aniversário COP	10.000	10.000	



COMITÉ OLÍMPICO
DE PORTUGAL

ORÇAMENTO PARA 2011 RENDIMENTOS

		Em euros	
I	ALTA COMPETIÇÃO		4.455.000
I.1	Projectos Olímpicos		
I.1.1	Londres 2012	3.062.890	
I.1.2	Esperanças Olímpicas 2016	765.830	
I.1.3	Apoio Complementar	294.550	
I.1.4	Gestão do Programa de Preparação Olímpica	176.730	4.300.000
I.2	Participações Desportivas Internacionais		
I.2.1	XI Festival Olímpico da Juventude Europeia - Trabzon - TURQUIA	140.000	
I.2.2	Missão aos Jogos Olímpicos - Londres 2012 - Preparação	15.000	155.000
II	DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO		600.000
II.1	Centros de Preparação Olímpica		
II.1.1	Rio Maior	22.000	22.000
II.2	Administração		
II.2.1	Tribunal Arbitral Desporto		500
II.2.2	Comissões Consultivas		
II.2.2.1	Médica	500	
II.2.2.2	Jurídica	500	
II.2.2.3	Treinadores	1.000	2.000
II.2.3	Comissão Atletas Olímpicos		8.000
II.2.4	Academia Olímpica Portugal		40.000
II.2.5	Pessoal		
II.2.5.1	Remunerações	200.000	
II.2.5.2	Trabalho Extraordinário	2.500	
II.2.5.3	Encargos	40.000	
II.2.5.4	Formação Profissional	2.000	244.500
II.2.6	Consumos das Instalações		60.000
II.2.7	Consumos de Expediente		143.000
II.2.8	Devolução Amodeação		20.000
II.2.9	2.os Jogos Lusofonia - Lisboa 2009 (Gastos Diferidos)		60.000
III	OUTRAS ACTIVIDADES DESPORTIVAS E SOCIAIS		0
III.1	Actividades Desportivas Nacionais		
III.1.1	Dia Olímpico	0	0
III.2	Cooperação Bilateral e Multilateral		
III.2.1	Associação Comitês Olímpicos de Língua Oficial Portuguesa	0	0
III.3	Relações Internacionais		
III.3.1	Mestrado Executivo em Gestão das Organização Desportivas	0	0
III.4	Divulgação Desportiva		
III.4.1	Revista Olimpo	0	
III.4.2	Magazine Olímpico - RTP 2	0	0
III.5	Marketing		
III.5.1	Prestação de serviços	0	
III.5.2	Prestação de serviços	0	0
III.6	Órgãos Sociais		
III.6.1	Deslocações e Estadas	0	
III.6.2	Compensações remuneratórias	0	
III.6.3	Encargos	0	0
III.7	Eventos Sociais		
III.7.1	Comemorações do 102º Aniversário COP	0	0



COMITÉ OLÍMPICO
DE PORTUGAL

ORÇAMENTO 2011

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Este Conselho apreciou o Orçamento para o ano de 2011, sendo de parecer que o mesmo mereça a Aprovação da Assembleia Plenária do Comité Olímpico de Portugal.

Lisboa, 12 de Novembro de 2010.

António Magalhães Barros Feu
Presidente

Rui Miguel Nascimento Coelho
Secretário

João Joaquim Salgado da Silva
Relator